

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE
CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 36/2025/SGCC/DACC/MPC/PA (E-2025/2398419)
Altera Fiscal e Designa Gestor de Contrato Administrativo
A Secretária do MPC/PA, no uso de suas atribuições legais concedidas pela PORTARIA nº 134/2024/MPC-PA,
CONSIDERANDO que a fiscalização e a execução dos contratos administrativos devem ser acompanhadas por representante da Administração especialmente designado, a teor do que dispõe o art. 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e as PORTARIAS nº 468/2022/MPC-PA e nº 605/2024/MPC-PA.
RESOLVE:
Art. 1º Atribuir à chefia do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) e, no seu impedimento, à chefia adjunta, a função de Gestor do Contrato nº 14/2023/MPC-PA, firmado entre este Ministério Público de Contas do Estado do Pará (CNPJ 05.054.978/0001-50) e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE (CNPJ 61.600.839/0001-55), tendo como objeto a prestação de serviços de Agente de Integração.
Parágrafo único. São atribuições do gestor do contrato: coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa conforme o que dispõe o art. 18 c/c Anexo II, da PORTARIA nº 468/2022/MPC-PA.
Art. 2º Designar o servidor MARCOS CALDAS GONÇALVES, matrícula nº 200295, e no seu impedimento, a servidora GRACIANNY MAIO FERNANDES RODRIGUES, matrícula 200314, respectivamente, para exercer a atribuição de Fiscal do Contrato nº 14/2023/MPC/PA.
Parágrafo único. Compete ao fiscal acompanhar e verificar o cumprimento integral do contrato, além de observar as diretrizes estabelecidas pela PORTARIA nº 468/2022/MPCPA, em especial as normas previstas na Seção IV do Capítulo III e no Anexo I.
Art. 3º Deliberar que os servidores atuem em conformidade com o estabelecido nos normativos mencionados, até a vigência final do referido instrumento.
Art. 4º As determinações que ultrapassem às atribuições do fiscal deverão ser solicitadas à Secretaria do MPC/PA, em tempo hábil, para a adoção dos procedimentos necessários com vista ao estrito cumprimento da execução do contrato.
Art. 5º Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação.
Art. 6º Fica revogada a PORTARIA nº 55/2024/SGCC/DACC/MPC-PA, publicada no DOE 35.938, de 27/08/2024.
Belém/PA, 07 de maio de 2025.
CLÁUDIA GUERREIRO SALAME
Secretária do MPC/PA

Protocolo: 1194553

FÉRIAS

PORTARIA Nº 199/2025/MPC/PA
A Secretária do Ministério Público de Contas do Estado, no uso das atribuições delegadas pela PORTARIA nº 134/2024/MPC/PA, de 26/03/2024,
CONSIDERANDO o que consta no Processo PAE nº 2025/2588667;
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER à servidora CAROLINA MARTINS VICTER, ocupante do cargo efetivo de Analista Ministerial – Especialidade: Tecnologia da Informação, exercendo o cargo em comissão de Chefe de Gabinete, matrícula nº 200135, 20 (vinte) dias das Férias relativas ao período aquisitivo 17/03/2023 a 16/03/2024, para o período de 30/05 a 18/06/2025.
Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação.
Belém/PA, 07 de maio de 2025.
Assinado eletronicamente
CLÁUDIA GUERREIRO SALAME
Secretária do MPC

Protocolo: 1194549

MINISTÉRIO PÚBLICO

DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Núm. do Contrato: 023/2025-MPPA
Inexigibilidade de Licitação: nº 013/2025-MPPA
Processo: Gedoc nº 105606/2025.
Fundamento Legal: artigo 74, V, da Lei nº. 14.133/2021.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e JARBAS VASCONCELOS ADVOCACIA & CONSULTORIA S/C (CNPJ nº 02.422.737/0001-28).

Objeto: Locação de imóvel para funcionar como sede do Centro Integrado de Investigação – CI do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado – GAECO, do Grupo de Atuação Especial em Investigação de Crimes Cibernéticos – CyberGAECO, do Grupo de Atuação Especial Anticorrupção – GEAC e do Grupo de Atuação Especial do Júri – GAEJÚRI.
Valor: valor mensal de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), acrescido de taxa condominial e IPTU, pelo período de 60 (sessenta) meses.
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.091.1494.8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais; Natureza de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – PJ e 339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas; Fonte de Recurso: 01.500.0000.01 – Recursos Ordinários.
Data da Assinatura: 06/05/2025
Data de divulgação no PNCP: 07/05/2025
Vigência: 08/05/2025 a 08/05/2030.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenador Responsável: Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1194380

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Número do Termo Aditivo: 5º.
Número do Contrato: 011/2017-MPPA.
Processo: SIP 743/2025.
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 003/2017-MPPA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e o Sr. Fabio Helder dos Reis Gomes.
Objeto do Contrato: locação de imóvel situado à Rua Siqueira Campos, s/n, Bairro Centro, Irituia/PA, que será utilizado como sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Irituia/PA.
Objeto do Termo Aditivo: reajuste do valor do contrato em 8,440380% referente à variação do índice IGP-M, no período de 03/2024 a 02/2025, publicado e divulgado pela FGV, passando o valor reajustado mensal a ser R\$ 2.530,00 (dois mil quinhentos e trinta reais).
Data de Assinatura: 07 de maio de 2025.
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101. 03. 091. 1494. 8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais; Natureza da Despesa: 339036 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física; Fonte de Recurso: 01.500.0000.01 – Recursos Ordinários.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenador Responsável: Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1194419

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Número do Termo Aditivo: 1º
Número do Contrato: 122/2024-MPPA
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 20/2024-MPPA
Processo: GEDOC nº 117065/2025
Partes: Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA, CNPJ/MF sob o nº 11.128.083/0001-15.
Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para ministrar o curso "Execução Contratual na Nova Lei de Licitações: Da Elaboração à Extinção dos Contratos".
Objeto do Termo Aditivo: Correção da numeração do item 5.2.1. para que passe a ser 5.2.2. e inclusão do item 5.2.3 na Cláusula Quinta do Contrato, que trata do PAGAMENTO, conforme consta abaixo e com fundamento no art. 124, II, c da Lei 14.133/2021 e Cláusula Décima Quinta do Contrato.
"5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
5.2.3. O pagamento será realizado em 02 (duas) parcelas, a primeira no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) referente ao pagamento pela realização do curso para (02) duas turmas de 100 (cem) participantes cada, na modalidade on-line e a segunda no valor de R\$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos) referente ao pagamento pela realização do curso para (01) uma turma de 80 (oitenta) participantes, na modalidade presencial."
Data de Assinatura: 07/05/2025
Data da Publicação no PNCP: 07/05/2025
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101.03.128.1494.8943 Capacitação e Valorização de Pessoas; Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de terceiros - Pessoas Jurídica; Fonte de Recurso: 01.500.0000.01 – Recursos Ordinários.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenador Responsável: Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1194444

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Número do Termo Aditivo: 12º.
Número do Contrato: 117/2016-MPPA.
Processo: SIP nº 8826/2024.
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 029/2016-MPPA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e os senhores Simone Maria Moraes Cruz e Erivelto Miranda Costa Cruz
Objeto do Contrato: A locação de imóvel utilizado como sede da Promotoria de Justiça da Comarca de São Domingos do Araguaia/PA.
Objeto do Termo Aditivo: Atualização do valor do aluguel objeto do Contrato nº 117/2016-MPPA, a fim de restabelecer o equilíbrio contratual, nos termos do art.18 da Lei nº 8.245/1991.
Valor do Termo Aditivo: R\$ 3.205,00 (três mil duzentos e cinco reais),